

## Legislação

### Diploma - Lei n.º 27/2019, de 28 de março

Estado: vigente

**Resumo:** Aplicação do processo de execução fiscal à cobrança coerciva das custas, multas não penais e outras sanções pecuniárias fixadas em processo judicial, procedendo à sétima alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário, trigésima terceira alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário, sétima alteração ao Código de Processo Civil, décima terceira alteração ao Regulamento das Custas Processuais, trigésima terceira alteração ao Código de Processo Penal, quarta alteração ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 303/98, de 7 de outubro.

**Publicação:** Diário da República n.º 62/2019, Série I de 2019-03-28, páginas 1753 - 1755

**Legislação associada:** -

**Histórico de alterações:** -

**Nota:** Não dispensa a consulta do [diploma original](#) publicado no Diário da República Eletrónico.

---

### ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 27/2019, de 28 de março

Aplicação do processo de execução fiscal à cobrança coerciva das custas, multas não penais e outras sanções pecuniárias fixadas em processo judicial, procedendo à sétima alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário, trigésima terceira alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário, sétima alteração ao Código de Processo Civil, décima terceira alteração ao Regulamento das Custas Processuais, trigésima terceira alteração ao Código de Processo Penal, quarta alteração ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 303/98](#), de 7 de outubro.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

#### Artigo 1.º

#### Objeto

1 - A presente lei procede à aplicação do processo de execução fiscal à cobrança coerciva das custas, multas não penais e outras sanções pecuniárias fixadas em processo judicial.

2 - A presente lei procede à:

a) Sétima alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela [Lei n.º 62/2013](#), de 26 de agosto, e alterada pelas Leis n.ºs [40-A/2016](#), de 22 de dezembro, e [94/2017](#), de 23 de agosto, pela [Lei Orgânica n.º 4/2017](#), de 25 de agosto, pela [Lei n.º 23/2018](#), de 5 de junho, pelo [Decreto-Lei n.º 110/2018](#), de 10 de dezembro, e pela [Lei n.º 19/2019](#), de 19 de fevereiro;

b) Trigésima terceira alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 433/99](#), de 26 de outubro, e alterado pelas Leis n.ºs [3-B/2000](#), de 4 de abril, [30-G/2000](#), de 29 de dezembro, [15/2001](#), de 5 de junho, [109-B/2001](#), de 27 de dezembro, e [32-B/2002](#), de 30 de dezembro, pelos [Decretos-Leis n.ºs 38/2003](#), de 8 de março, e [160/2003](#), de 19 de julho, pelas Leis n.ºs [55-B/2004](#), de 30 de dezembro, e [60-A/2005](#), de 30 de dezembro, pelos [Decretos-Leis n.ºs 76-A/2006](#), de 29 de março, e [238/2006](#), de 20 de dezembro, pelas Leis n.ºs [53-A/2006](#), de 29 de dezembro, e [67-A/2007](#), de 31 de dezembro, pelo [Decreto-Lei n.º 34/2008](#), de 26 de fevereiro, pelas Leis n.ºs [40/2008](#), de 11 de agosto, [64-A/2008](#), de 31 de dezembro, [3-B/2010](#), de 28 de abril, [55-A/2010](#), de

31 de dezembro, [64-B/2011](#), de 30 de dezembro, e [66-B/2012](#), de 31 de dezembro, pelo [Decreto-Lei n.º 6/2013](#), de 17 de janeiro, pelas Leis n.ºs [83-C/2013](#), de 31 de dezembro, [82-B/2014](#), de 31 de dezembro, [82-E/2014](#), de 31 de dezembro, [7-A/2016](#), de 30 de março, e [13/2016](#), de 23 de maio, pelo [Decreto-Lei n.º 36/2016](#), de 1 de julho, pela Lei n.º [42/2016](#), de 28 de dezembro, pelo [Decreto-Lei n.º 93/2017](#), de 1 de agosto, e pelas Leis n.ºs [100/2017](#), de 28 de agosto, [114/2017](#), de 29 de dezembro, e [71/2018](#), de 31 de dezembro;

c) Sétima alteração ao Código de Processo Civil, aprovado em anexo à Lei n.º [41/2013](#), de 26 de junho, e alterado pelas Leis n.ºs [122/2015](#), de 1 de setembro, [40-A/2016](#), de 22 de dezembro, e [8/2017](#), de 3 de março, pelo [Decreto-Lei n.º 68/2017](#), de 16 de junho, e pelas Leis n.ºs [114/2017](#), de 29 de dezembro, e [49/2018](#), de 14 de agosto;

d) Décima terceira alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado em anexo ao [Decreto-Lei n.º 34/2008](#), de 26 de fevereiro, e alterado pelas Leis n.ºs [43/2008](#), de 27 de agosto, [64-A/2008](#), de 31 de dezembro, e [3-B/2010](#), de 28 de abril, pelo [Decreto-Lei n.º 52/2011](#), de 13 de abril, pelas Leis n.ºs [7/2012](#), de 13 de fevereiro, e [66-B/2012](#), 31 de dezembro, pelo [Decreto-Lei n.º 126/2013](#), de 30 de agosto, pelas Leis n.ºs [72/2014](#), de 2 de setembro, [7-A/2016](#), de 30 de março, [42/2016](#), de 28 de dezembro, e [49/2018](#), de 14 de agosto, e pelo [Decreto-Lei n.º 86/2018](#), de 29 de outubro;

e) Trigésima terceira alteração ao Código de Processo Penal, aprovado em anexo ao [Decreto-Lei n.º 78/87](#), de 17 de fevereiro, e alterado pelos [Decretos-Leis n.ºs 387-E/87](#), de 29 de dezembro, e [212/89](#), de 30 de junho, pela [Lei n.º 57/91](#), de 13 de agosto, pelos [Decretos-Leis n.ºs 423/91](#), de 30 de outubro, [343/93](#), de 1 de outubro, e [317/95](#), de 28 de novembro, pelas Leis n.ºs [59/98](#), de 25 de agosto, [3/99](#), de 13 de janeiro, e [7/2000](#), de 27 de maio, pelo [Decreto-Lei n.º 320-C/2000](#), de 15 de dezembro, pelas Leis n.ºs [30-E/2000](#), de 20 de dezembro, e [52/2003](#), de 22 de agosto, pelo [Decreto-Lei n.º 324/2003](#), de 27 de dezembro, pela [Lei n.º 48/2007](#), de 29 de agosto, pelo [Decreto-Lei n.º 34/2008](#), de 26 de fevereiro, pelas Leis n.ºs [52/2008](#), de 28 de agosto, [115/2009](#), de 12 de outubro, [26/2010](#), de 30 de agosto, e [20/2013](#), de 21 de fevereiro, pela [Lei Orgânica n.º 2/2014](#), de 6 de agosto, e pelas Leis n.ºs [27/2015](#), de 14 de abril, [58/2015](#), de 23 de junho, [130/2015](#), de 4 de setembro, [1/2016](#), de 25 de fevereiro, [40-A/2016](#), de 22 de dezembro, [24/2017](#), de 24 de maio, [30/2017](#), de 30 de maio, [94/2017](#), de 23 de agosto, [114/2017](#), de 29 de dezembro, [1/2018](#), de 29 de janeiro, [49/2018](#), de 14 de agosto, e [71/2018](#), de 31 de dezembro;

f) Quarta alteração ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado em anexo à [Lei n.º 115/2009](#), de 12 de outubro, e alterado pelas Leis n.ºs [40/2010](#), de 3 de setembro, [21/2013](#), de 21 de fevereiro, e [94/2017](#), de 23 de agosto;

g) Segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 303/98](#), de 7 de outubro, que regula o regime de custas no Tribunal Constitucional, alterado pelo [Decreto-Lei n.º 91/2008](#), de 2 de junho.

#### Artigo 2.º

#### **Alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário**

A secção viii do capítulo v do título v e o artigo 131.º da Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela [Lei n.º 62/2013](#), de 26 de agosto, passam a ter a seguinte redação:

#### «SECÇÃO VIII

#### **Execução de decisões relativas a multas penais e indemnizações**

#### Artigo 131.º

#### **Execução por multas penais e indemnizações**

A execução das decisões relativas a multas penais e indemnizações previstas na lei processual aplicável compete ao juízo ou tribunal que as tenha proferido.»

#### Artigo 3.º

#### **Alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário**

O artigo 148.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 433/99](#), de 26 de outubro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 148.º  
[...]

1 - ...

2 - ...

a) ...

b) ...

c) Custas, multas não penais e outras sanções pecuniárias fixadas em processo judicial.»

Artigo 4.º  
**Alteração ao Código de Processo Civil**

Os artigos 87.º e 88.º do Código de Processo Civil, aprovado em anexo à Lei n.º [41/2013](#), de 26 de junho, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 87.º  
**Execução pelas indemnizações**

1 - Para a execução pelas indemnizações referidas no artigo 542.º e preceitos análogos é competente o tribunal em que haja corrido o processo no qual tenha sido proferida a condenação.

2 - A execução pelas indemnizações corre por apenso ao respetivo processo.

Artigo 88.º  
**Execução pelas indemnizações derivadas de condenação em tribunais superiores**

Quando a condenação em indemnização tiver sido proferida na Relação ou no Supremo Tribunal de Justiça, a execução corre no tribunal de 1.ª instância competente da área em que o processo haja corrido.»

Artigo 5.º  
**Alteração ao Regulamento das Custas Processuais**

Os artigos 14.º, 26.º e 35.º do Regulamento das Custas Processuais, aprovado em anexo ao [Decreto-Lei n.º 34/2008](#), de 26 de fevereiro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 14.º  
[...]

1 - ...

2 - ...

3 - ...

4 - ...

5 - ...

6 - ...

7 - ...

8 - ...

9 - Nas situações em que deva ser pago o remanescente nos termos do n.º 7 do artigo 6.º, o responsável pelo impulso processual que não seja condenado a final fica dispensado do referido pagamento, o qual é imputado à parte vencida e considerado na conta a final.

Artigo 26.º

[...]

1 - ...

2 - ...

3 - ...

4 - ...

5 - ...

6 - Se a parte vencida for o Ministério Público ou gozar do benefício de apoio judiciário na modalidade de dispensa de taxa de justiça e demais encargos com o processo, o reembolso das taxas de justiça pagas pelo vencedor é suportado pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.

7 - Se a parte vencedora gozar do benefício de apoio judiciário na modalidade de dispensa de taxa de justiça e demais encargos com o processo, as custas de parte pagas pelo vencido revertem a favor do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.

Artigo 35.º

[...]

1 - Compete à administração tributária, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário, promover em execução fiscal a cobrança coerciva das custas, multas não penais e outras sanções pecuniárias fixadas em processo judicial.

2 - Cabe à secretaria do tribunal promover a entrega à administração tributária da certidão de liquidação, por via eletrónica, nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da justiça, juntamente com a decisão transitada em julgado que constitui título executivo quanto às quantias aí discriminadas.

3 - Compete ao Ministério Público promover a execução por custas face a devedores sediados no estrangeiro, nos termos das disposições de direito europeu aplicáveis, mediante a obtenção de título executivo europeu.

4 - A execução por custas de parte processa-se nos termos previstos nos números anteriores quando a parte vencedora seja a Administração Pública, ou quando lhe tiver sido concedido apoio judiciário na modalidade de dispensa de taxa de justiça e demais encargos com o processo.

5 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a execução por custas de parte rege-se pelas disposições previstas no artigo 626.º do Código de Processo Civil.

6 - (Revogado.)

7 - (Revogado.)

8 - (Revogado.)»

Artigo 6.º

**Aditamento ao Regulamento das Custas Processuais**

É aditado ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado em anexo ao [Decreto-Lei n.º 34/2008](#), de 26 de fevereiro, o artigo 26.º-A, com seguinte redação:

«Artigo 26.º-A

**Reclamação da nota justificativa**

1 - A reclamação da nota justificativa é apresentada no prazo de 10 dias, após notificação à contraparte, devendo ser decidida pelo juiz em igual prazo e notificada às partes.

- 2 - A reclamação da nota justificativa está sujeita ao depósito da totalidade do valor da nota.
- 3 - Da decisão proferida cabe recurso em um grau se o valor da nota exceder 50 UC.
- 4 - Para efeitos de reclamação da nota justificativa são aplicáveis subsidiariamente, com as devidas adaptações, as disposições relativas à reclamação da conta constantes do artigo 31.º»

Artigo 7.º

**Alteração ao Código de Processo Penal**

Os artigos 469.º e 491.º do Código de Processo Penal, aprovado em anexo ao [Decreto-Lei n.º 78/87](#), de 17 de fevereiro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 469.º  
[...]

Compete ao Ministério Público promover a execução das penas e das medidas de segurança e, bem assim, a execução por indemnização e mais quantias devidas ao Estado ou a pessoas que lhe incumba representar judicialmente.

Artigo 491.º  
[...]

1 - ...

2 - Tendo o condenado bens penhoráveis suficientes de que o tribunal tenha conhecimento ou que ele indique no prazo de pagamento, o Ministério Público promove logo a execução, que segue as disposições previstas no Código de Processo Civil para a execução por indemnizações.

3 - ...»

Artigo 8.º

**Alteração ao [Decreto-Lei n.º 303/98](#), de 7 de outubro**

O artigo 12.º do [Decreto-Lei n.º 303/98](#), de 7 de outubro, que regula o regime de custas no Tribunal Constitucional, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 12.º  
[...]

1 - Decorrido o prazo de pagamento das custas ou multas sem a sua realização ou sem que ele tenha sido possível nos termos do artigo anterior, é entregue certidão de liquidação, por via eletrónica, à administração tributária, para fins executivos, nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da justiça.

2 - A execução é instaurada com base na certidão a que se refere o número anterior.

3 - O serviço da administração tributária onde correu a execução deve remeter imediatamente ao Tribunal Constitucional, por transferência eletrónica à ordem deste, o valor correspondente às custas ou multas cobradas.

4 - ...»

Artigo 9.º

**Norma transitória**

Até à entrada em vigor das portarias previstas no n.º 2 do artigo 35.º do Regulamento das Custas Processuais e no n.º 1 do artigo 12.º do [Decreto-Lei n.º 303/98](#), de 7 de outubro, que regula o regime de custas no Tribunal Constitucional, na redação dada pela presente lei, a entrega das certidões de liquidação, referida nessas disposições, é efetuada através da plataforma eletrónica da Autoridade Tributária e Aduaneira ou, em alternativa, em suporte físico.

Artigo 10.º  
**Norma revogatória**

São revogados:

- a) O artigo 57.º do Código de Processo Civil, aprovado em anexo à Lei n.º [41/2013](#), de 26 de junho;
- b) Os n.ºs 6, 7 e 8 do artigo 35.º, o artigo 36.º e o n.º 2 do artigo 37.º do Regulamento das Custas Processuais, aprovado em anexo ao [Decreto-Lei n.º 34/2008](#), de 26 de fevereiro;
- c) A alínea n) do artigo 141.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado em anexo à [Lei n.º 115/2009](#), de 12 de outubro.

Artigo 11.º  
**Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor no prazo de 30 dias após a sua publicação, aplicando-se apenas às execuções que se iniciem a partir dessa data.

Aprovada em 8 de fevereiro de 2019.

O Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues.

Promulgada em 18 de março de 2019.

Publique-se.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Referendada em 21 de março de 2019.

Pelo Primeiro-Ministro, Augusto Ernesto Santos Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros.